

ACONTECE



Informativo do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - Ano XII - N.º 75 - Março / Maio 2011

TRIBUNAL ORIENTA A APLICAR MELHOR O

DINHEIRO PÚBLICO

Extenso programa de orientação e atualização técnica tem como objetivo melhorar a gestão dos recursos públicos. Mais de dois mil servidores municipais serão treinados até o final do ano.



Parceiro há um ano no controle das contas públicas

904

Biblioteca dá suporte estratégico às atividades

ч10

as minhas falas costumo repetir que é preciso cuidar bem da aplicação do dinheiro público porque uma vez mal aplicado ou desviado para finalidades, às vezes escusas, dificilmente será possível recuperá-lo. Este, entre outros, é um dos assuntos de que trata a nova edição do Informativo Acontece.

Está claro na missão e na visão do nosso Tribunal de Contas que, antes de fiscalizar, analisar ou punir, é seu dever levar orientação aos agentes públicos, servidores responsáveis pela tarefa de ordenar despesas; enfim, é estratégico que se ensine a aplicar e a gastar bem os recursos provenientes dos impostos que pagamos.

Por meio da nossa Escola de Contas, no curso deste ano estaremos dando treinamento a cerca de dois mil servidores indicados por prefeituras e câmaras municipais. Deste modo, já estamos dando andamento a este importante requisito de nosso Plano Estratégico, que é o de orientar e controlar as despesas públicas de acordo com a lei e em harmonia com os interesses da sociedade.

Sabemos que atualizar a experi-

ência e aperfeiçoar o conhecimento dos servidores é o caminho mais eficiente pelo qual se alcançará a melhoria e, talvez, melhor ainda, a excelência na qualidade da gestão pública.

Temas de uso cotidiano, como as alterações na área contábil, as licitações e contratos, pregão e registro de preços, tomada de contas, lei de responsabilidade fiscal, gestão orçamentária e financeira, além de outros, compõem a grade do programa.

Não treinamos apenas os jurisdicionados. Por meio de variadas iniciativas, também damos oportunidades aos nossos servidores com o intuito de tornálos, cada vez mais, aptos a exercerem a nobre missão de zelar para que nosso dinheiro seja efetivamente bem aplicado pelos ordenadores de despesas.

Também não nos esquecemos dos conselhos populares, formados por pessoas de comunidades, às quais se deu missão de fiscalizar se as despesas obrigatórias com saúde e educação estejam sendo bem feitas. Treinadas, com certeza cumprirão melhor a tarefa de vigiar o erário, ajudando no controle da administração pública.

Boa leitura. K



Expediente



Rua José Alexandre Buaiz, 157 Enseada do Suá. Vitória, ES CEP 29050-913 Tel.: (27)3334-7600 www.tce.es.gov.br

PRESIDENTE

Umberto Messias de Souza

VICE-PRESIDENTE

Sérgio Aboudib Ferreira Pinto

CORREGEDOR GERAL

Sebastião Carlos Ranna de Macedo

CONSELHEIROS

Marcos Miranda Madureira Valci José Ferreira de Souza Elcy de Souza José Antônio Pimentel

AUDITORES

Márcia Jaccoud Freitas João Luiz Cotta Lovatti Marco Antônio da Silva PROCURADOR GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL DE CONTAS Domingos Augusto Taufner

DIRETOR-GERAL DE SECRETARIA Ildemar Borges Júnior

SUBDIRETOR GERAL DE SECRETARIA Lauro Augusto Valle Barros

ACONTECE

Informativo do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES)

CONSELHO EDITORIAL

Ildemar Borges Júnior Lauro Augusto Valle Barros Bruna Barbosa Soneghet Silva Fábio Vargas Souza Marcelo Fedeszen

NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL Orlando Eller - MTb 036/79



EDITORAÇÃO

Rua das Palmeiras, 710, Edifício Santa Bárbara, Sala 401, Santa Lúcia Vitória-ES CEP 29056-210 Tel.: (27) 3315-4390 jornalismo@balaiodesign.com.br

TEXTO

Wallace Capucho - MTb 1934/ES Orlando Eller - MTb 036/79 Ítalo Galiza - MTb 2769/ES

FOTOS

Wallace Capucho - MTb 1934/ES Arquivo Tribunal de Contas

REVISÃO

Ítalo Galiza - MTb 2769/ES

DIAGRAMAÇÃO

Mariana Melim e Bia Oliveira

IMPRESSÃO

Gráfica Triângulo

Rua Dr. Américo de Oliveira, 45, Bairro Consolação, Vitória-ES CEP 29045-560 Tel.: (27) 3181-0345

Servidores terão código de ética

presidente conselheiro Umberto Messias de Souza apresentou projeto de resolução que instituirá um código de ética para os servidores do Tribunal – hoje inexistente – e nomeou comissão técnica capaz de analisar o texto sugerido, enriquecê-lo a partir de sugestões internas e consolidá-lo.

Em reunião com os servidores, o presidente lembrou que desde o final do ano passado os membros do Pleno já possuem seu próprio código e reiterou que a busca pela eficiência nas atividades do Tribunal tem alcançado sucesso graças à efetiva participação de todos.

Durante o evento, o conselheiro Carlos Ranna dissertou sobre a origem da ética, "ciência da moral" para gregos e "essência relativa aos costumes", o honesto e o virtuoso, para romanos. E ressaltou que a ética profissional "é a soma dos deveres que estabelece a norma de conduta dos profissionais no desempenho das atividades e na relação com as demais pessoas".

Em breve palestra como convidado, o presidente Rafael Simões, da Transparência Capixaba, alertou que "o caminho de combate à corrupção e de defesa do serviço público pautado pela ética não tem solução única nem término. Sua busca constante deve conjugar várias ações, num processo que se baseie em educação, informação e conscientização; que seja preventivo e dependente de controles, interno, externo e popular".

Citando o filósofo Mário Sérgio Cortella, Simões disse: "Ética é um conjunto de valores e princípios usados para definir seis questões: quero? Devo? Posso? Há o que quero, mas não devo? Há o que devo, mas não posso? Há o que posso, mas não quero? E concluiu: "Um código de ética tal como desejam contém essas questões. E, por isso só, me parece que aqui já se deu um grande passo. O mérito está no caminho de, aos poucos, consistentemente e sem concessões espúrias, construir um serviço público que atenda à essência do significado que lhe define a existência". **K**



► ← ACONTECE → Março / Maio de 2011

O Ministério Público de Contas

m março último, o Tribunal de Contas do Espírito Santo comemorou um ano de funcionamento ininterrupto do Ministério Público de Contas. Desde a sua instalação, está sob cuidados do procurador-geral Domingos Augusto Taufner, em conjunto com dois procuradores, Luciano Vieira e Luiz Henrique Anastácio da Silva.

Mas, afinal, quando a instituição foi criada, qual é sua função e em que se diferencia dos outros ministérios públicos em vigor no Brasil?

Instituição secular, suas raízes remontam ao Decreto nº 1166, de

1892, que disciplinou a estrutura do Tribunal de Contas da União. Aliado dos Tribunais de Contas dos Estados, os Ministérios Públicos Especiais de Contas passaram a atuar como guardiões do erário e dos interesses da coletividade por meio do exercício do controle externo da administração pública.

A função do Ministério de Contas é a de emitir parecer de todos os processos que vão a julgamento no plenário do Tribunal. Além disso, por intermédio dos procuradores, pode, por iniciativa própria, representar contra irregularidades cometidas por jurisdicionados; fazer recursos contra decisões do Tribunal e, principalmente, encaminhar aos órgãos executores os processos que determinam ressarcimento ao erário.

A diferença deste para os demais ministérios públicos é que não pode atuar junto do Poder Judiciário. "Não podemos peticionar na Justiça ação de improbidade contra algum ordenador de despesas porque não temos a prerrogativa de atuar perante o Judiciário. O Ministério de Contas só pode interceder junto ao Tribunal de Contas", explica o procurador-geral.

Apesar de estar vinculado administrativamente ao Tribunal, o Ministério Público de Contas possui independência funcional; ou seja, não está subordinado à hierarquia daquela Corte. Segundo Taufner, há discussões em curso para avaliar a viabilidade de o Ministério Público de Contas se tornar administrativa e financeiramente independente.

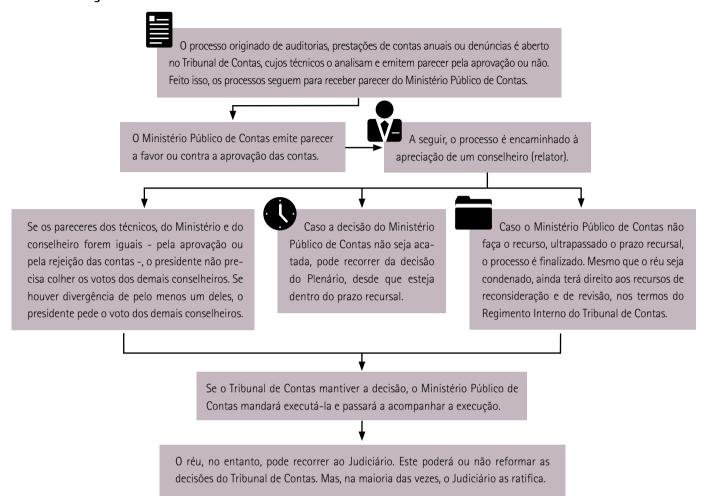
Para entender um pouco mais sobre como funcionam as emissões dos pareceres, os julgamentos, as diferenças entre multas e ressarcimentos, a execução das cobranças, entre outras questões comuns aos trabalhos do Ministério Público de Contas e do Tribunal de Contas, confira no infográfico. •



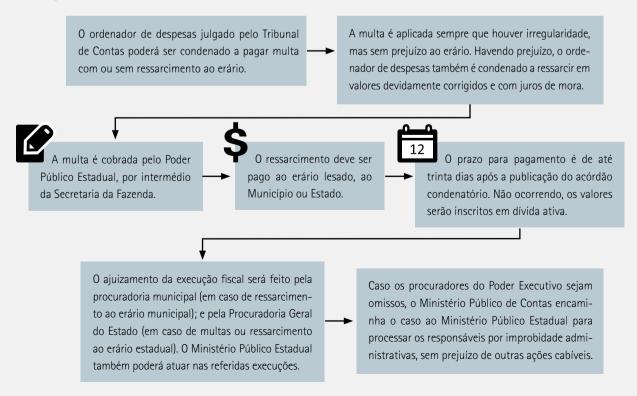
A maioria dos processos analisados pelo Tribunal trata de aposentadorias e pensões de servidores dos jurisdicionados. Nos processos com auditoria, os erros mais comuns se referem a licitações dispensadas indevidamente ou declaradas inexigíveis de maneira equivocada. Além disso, ocorrem casos de liquidações de despesas irregulares, ou seja, despesas não realizadas pagas por serviços e pagamentos indevidos de despesas ou compras.

Sobre propostas que aprimorem as atividades do Tribunal, o procurador-geral Domingos Taufner sugere que seria importante instituir um ementário que contivesse todas as decisões acerca dos mais diversos assuntos. "Isso facilitaria o exercício da gestão pública na hora de ordenar despesas que podem gerar punição quando feitas de modo ilícito ou ilegal".

AVALIAÇÃO DO PROCESSO



EXECUÇÃO DA PENA



Ensinando a aplicar corretamente o dinheiro público



star em dia com os interesses da sociedade sem deixar de orientar e controlar a gestão dos recursos públicos sempre foi um dos propósitos do Tribunal de Contas. Mas essa é uma tarefa que necessita de ser construída em conjunto com todos seus jurisdicionados e servido-

res. Pensando nisso, o Tribunal está realizando um extenso programa de atualização técnica que alcançará cerca de dois mil servidores municipais. Lançado oficialmente pelo presidente Umberto Messias de Souza, o programa se estenderá até o dia 21 de novembro deste ano.

Ao lançamento do programa, realizado no auditório do Tribunal, estiveram presentes prefeitos, presidentes de câmaras e servidores responsáveis pela gestão do dinheiro público, uma plateia de cerca de 150 pessoas, entre as quais a prefeita de São Gabriel da Palha, Raquel Lessa. Sua opinião é a de que a atitude do Tribunal em oferecer um curso de capacitação o distancia daquela imagem negativa de que é apenas um órgão credenciado a aplicar punições.

A boa expectativa foi igualmente refletida pela opinião de outros jurisdicionados presentes. "Esse curso vem suprir a carência de informação e esclarecer dúvidas para podermos aperfeiçoar o atendi-





mento ao público e melhorar a aplicação de receitas", afirmou Cesar Casagrande, vereador de Castelo. Já o presidente da Câmara de Baixo Guandu, Juscelino Henk, enfatizou que o direcionamento pautado pela Corte de Contas beneficia não apenas a gestão pública mas também o relacionamento com o cidadão ativo. "Com esses dados oferecidos pelo Tribunal, a gente consegue se preparar melhor e prestar contas do dinheiro público como a sociedade realmente almeja. Isso é um importante papel do Tribunal perante essas questões de orientação com todos os gestores, tanto executivos, quanto legislativos", destacou Henk.

Segundo o gestor da Escola de Contas, Fábio Vargas, o objetivo geral do programa é o de atualizar e aprimorar os conhecimentos técnicos desses servidores bem como das lideranças comunitárias, buscando contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à instituição e à sociedade a que pertencem. Tal fato cria condições que possibilitam melhoria na gestão dos recursos públicos e contribui para estimular o controle social por parte da sociedade civil organizada. "Atualizar e aperfeiçoar o conhecimento técnico e

a experiência dos servidores é o caminho pelo qual se alcançará a melhoria na qualidade da gestão pública, como determina a lei e aspira a sociedade", complementa Vargas.

COMO VAI FUNCIONAR

O programa é composto por treze cursos e sua duração média de aplicação é de um mês em cada polo. Dentre os assuntos da grade, o servidor entrará em contato, por exemplo, com as novas mudanças na área contábil, licitações e contratos administrativos, pregão e registro de preços, lei de responsabilidade fiscal, gestão orçamentária e financeira, além de outros temas.

Durante todo este ano, sete polos regionais distribuídos de Norte a Sul do Espírito Santo serão contemplados com o treinamento. Os polos - com sedes em Santa Teresa, Venda Nova do Imigrante, Colatina, Cachoeiro de Itapemirim, Nova Venécia, Alegre e Vitória – foram assim estabelecidos pela Escola de Contas do Tribunal com a finalidade de facilitar a participação de todos os jurisdicionados do Estado. A estimativa é de que o programa beneficie em torno de dois mil servidores. A maioria das aulas será ministrada, por cooperação, nas instalações do Instituto

Federal do Espírito Santo (Ifes). 'NECESSÁRIO INOVAR NA ORGANIZAÇÃO'

Para trazer uma visão de fora sobre os benefícios e a importância do programa de atualização técnica, o Tribunal de Contas convidou Roberto Meize Agune, coordenador do Grupo de Apoio Técnico à Inovação da Secretaria de Gestão Pública do



Roberto Meize Agune, do Grupo de Apoio Técnico à Inovação da Secretaria de Gestão Pública do Governo de São Paulo.

Governo do Estado de São Paulo. Agune proferiu palestra sobre os novos tempos, os novos desafios e as novas estruturas da gestão pública brasileira.

"A sociedade de hoje está estru-

turada em rede, mas o governo se estrutura em hierarquia. É preciso inovar o processo organizacional", pontuou. E, para alcançar as necessárias iniciativas inovadoras, ele destacou dez passos, com ênfase para: estimular o intercâm-

bio de ideias entre os servidores com especializações distintas; usar as novas tecnologias à exaustão; inserir-se nas redes sociais; estimular o trabalho em equipe; mostrar ao servidor que aprender passou a ser um evento contínuo; entre outros.

PROCURA FOI GRANDE EM SANTA TERESA

O programa de atualização técnica do Tribunal de Contas começou a ser ministrado no polo da região Serrana, iniciando-se o treinamento de servidores de onze municípios, a saber: Santa Teresa, São Roque do Canaã, Baixo Guandu, Itarana, João Neiva, Santa Leopoldina, Fundão, Itaguaçu, Aracruz, Ibiraçu e Santa Maria do Jetibá. Segundo Fábio Vargas, é o menor dos polos e, mesmo assim, obteve uma procura tão grande que foi preciso abrir turma extra. "Treinamos 495 servidores no primeiro polo. Acredito que o crescimento da procura das pessoas veio em razão do aumento do

número de cursos oferecidos neste ano", resalta.

Além dos servidores, Vargas afirmou que um número significativo de pessoas da comunidade também apresentou interesse em participar da programação, encerrada no dia 18 de maio em solenidade que reuniu prefeitos, vereadores e demais agentes públicos na Câmara de Santa Teresa. Sobre o envolvimento da comunidade, Vargas destaca que alguns cidadãos, especialmente os que integram os conselhos municipais, estão atentos à fiscalização da gestão pública e, por conta disso, procuram se informar mais.



Mais de 490 servidores foram treinados em Santa Teresa

PRESTAÇÃO DE CONTAS EM DESTAQUE

Antecipando o lançamento do programa de atualização técnica, o Tribunal de Contas reuniu em seu auditório cerca de 80 servidores municipais. Eles estiveram presentes para o curso de treinamento que visava esclarecer a elaboração e análise dos itens que compõem a prestação de contas anual dos municípios. Com carga horária de oito horas por dia, o curso foi ministrado por Arinélia Aguiar e Simone Reinholz, controladoras de re-

cursos públicos do Tribunal.

Arinélia informou que o objetivo do curso foi o de orientar os jurisdicionados para que eles possam apresentar da melhor forma possível as prestações de contas anuais. E, além disso, que entendam o porquê deste processo. "A orientação foi para que eles entregassem todas as peças necessárias para não serem notificados e que tivessem a clareza de como ela vai ser trabalhada dentro do Tribunal de Contas", explicou.

Washington Mendes, diretor-geral

da Câmara de Marilândia, foi um dos participantes do curso que avaliou a experiência de maneira extremamente positiva. "Aprendi bastante e saneei muitas dúvidas de processos de que tinha outro entendimento. Espero que cursos como este aconteçam sempre para que eu e outros representantes municipais possamos nos reciclar com mais frequência", disse. Isso é uma mostra de que a função da Corte de Contas em distribuir esse conhecimento acaba refletindo diretamente no trabalho dos servidores.

○ ← ACONTECE → [Março / Maio de 2011]

SAIBA QUAIS SÃO OS SETE POLOS REGIONAIS

POLO REGIÃO SERRANA

Período: 11/04 a 18/05 11 municípios envolvidos: Santa Teresa (sede), Baixo Guandu, São Roque do Canaã, Itarana, João Neiva, Santa Leopoldina, Fundão, Itaguaçu, Aracruz, Ibiracu e Santa Maria de Jetibá.

POLO REGIÃO MONTANHA

Período: 19/05 a 10/06
12 municípios envolvidos: Venda Nova do Imigrante (sede), Afonso Cláudio, Brejetuba, Conceição do Castelo, Iúna, Domingos Martins, Laranja da Terra, Muniz Freire, Castelo, Irupi, Ibatiba e Marechal Floriano.

POLO REGIÃO NORTE/ NORDESTE

Período previsto: 04/07 a 29/07 10 municípios envolvidos: Colatina (sede), Governador Lindenberg, Rio Bananal, Linhares, Sooretama, Marilândia, Jaguaré, Conceição da Barra, Pedro Canário e São Mateus.

POLO REGIÃO SUL/SUDESTE

Período previsto: 01/08 a 26/08 13 municípios envolvidos: Cachoeiro de Itapemirim (sede), Alfredo Chaves, Anchieta, Iconha, Itapemirim, Piúma, Presidente Kennedy, Atílio Vivácqua, Rio Novo do Sul, Marataízes, Mimoso do Sul, Muqui, Vargem Alta.

POLO REGIÃO NOROESTE

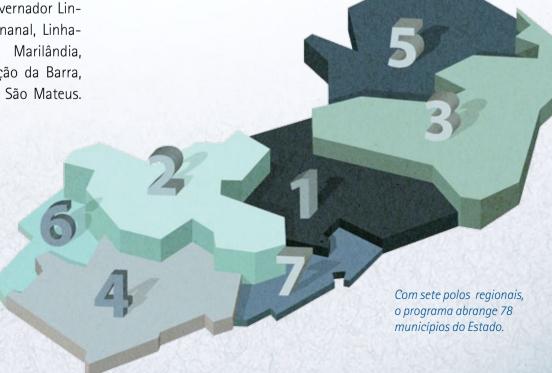
Período previsto: 12/09 a 07/10 17 municípios envolvidos: Nova Venécia (sede), Águia Branca, Alto Rio Novo, Mucurici, Pancas, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha, Vila Pavão, Vila Valério, Pinheiros, Barra de São Francisco, Ponto Belo, Mantenópolis, Ecoporanga, Boa Esperança, Água Doce do Norte e Montanha.

POLO REGIÃO SUDOESTE/ CAPARAÓ

Período previsto: 17/10 a 18/11 9 municípios envolvidos: Alegre (sede), Ibitirama, Jerônimo Monteiro, Bom Jesus do Norte, Guaçuí, Dores do Rio Preto, Divino de São Lourenço, São José do Calçado e Apiacá.

POLO REGIÃO METROPOLITANA

Período previsto: 18/10 a 21/11 6 municípios envolvidos: Vitória (sede), Vila Velha, Guarapari, Serra, Viana e Cariacica.



Uma biblioteca às suas ordens

Tribunal de Contas do Estado mantém uma biblioteca com acervo superior a 18 mil exemplares. Formado por publicações antigas e/ou atualizadas, sua finalidade é a de atender as áreas afins às atividades da Corte e aos demais interessados. Temas variados nos campos de Direito, Engenharia, Economia, Contabilidade, Administração, entre outros, estão disponíveis tanto para servidores, principalmente os controladores de recursos públicos, quanto para jurisdicionados e comunidade em geral.

Segundo a gestora Sandra Maria Moreira, a biblioteca conta com equipe de seis pessoas com experiências variadas, especialmente em Direito, Administração e Economia. Vinculada à Controladoria Administrativa e à Escola de Contas Públicas, tornou-se, como devem ser as biblio-

tecas em geral, ponto de referência para quem busca conhecimento, seja condensado em letra e papel ou, até mesmo, em meio digital.

A biblioteca do Tribunal de Contas não é um depósito de livros apto a proteger obras de valor, mas, essencialmente, de fazê-las circular para que sejam, efetivamente, fontes de conhecimento. Segundo a bibliotecária, a presença de colaboradores em áreas de formação específica tem uma razão de ser.

"Solicitei colaboradores especializados porque a biblioteca não trabalha apenas catalogando, restaurando ou entregando livros para interessados. Nós tentamos ajudar, ao máximo, o trabalho de nossos técnicos, oferecendo-lhes resumos do que é mais importante e atual, como as novas legislações e decretos, disponibilizando as novidades no portal do Tribu-

nal. Esse trabalho gera excelentes resultados. Mensalmente, realizamos média de quatrocentos atendimentos *in loco* e mais de 1.500 atendimentos por telefone ou email", revelou Sandra Moreira.

INFORMATIZAÇÃO

O número de atendimentos presenciais seria bem maior se o acervo da biblioteca não estivesse disponível no portal do Tribunal ou em sua Intranet. Interessados podem consultar tal acervo utilizando um ou mais dados sobre a obra desejada, como título, autor, assunto, editora, entre outras opções. Também é possível ter acesso a todas as informações bibliográficas dos livros e a quantidade de exemplares do acervo disponível, emprestado ou em reserva.

A biblioteca dispõe, ainda, de as-





sinaturas online de periódicos, especializados ou não, que permitem aos interessados acesso a artigos, planilhas de custos de construção e ementários com a legislação de interesse do Tribunal.

PRECIOSIDADES

Entre os artigos procurados estão obras valiosas, difíceis de serem encontradas até mesmo em sebos, como os livros do autor Tiago Fagundes, que tratam de assuntos do Direito Administrativo. Tão valiosos quanto antigos são também os diários oficiais que constam no acervo da biblioteca. Os mais antigos datam de 1961.

SERVIÇOS

Para consultar essas e mais informações sobre o acervo da biblioteca do Tribunal de Contas, o internauta deve acessar o site www.tce.es.gov.br, clicar no link Biblioteca e, em seguida, clicar em Legislação.

ATENDIMENTO

erca de 400 atendimentos locais feitos mensalmente. Mais de 1.500 atendimentos mensais por telefone ou e-mail. Em média, todo mês, 300 empréstimos domiciliares e 350 indexações de periódicos e legislação. NÚMEROS

18.934 exemplares

3.397 livros

106 títulos de audiovisual (DVDs e CD-ROMs)

1.022

outros documentos, como publicações oficiais, folhetos, etc.

O criador de border collies

udo começou há doze anos, quando Marcos Bressiane ganhou um filhote de pitbull. Aprendeu as técnicas de adestramento e, em pouco tempo, já participava de provas. Como a raça foi sendo marginalizada em razão de seus ataques a pessoas – assunto amplamente divulgado pela mídia –, passou então a criar cães da raça american staffordshire terrier e pastor alemão.

Há cinco anos conheceu a raça border collie e, por suas características de inteligência e "treinabilidade", se tornou um entusiasta da raça. Apesar de ter iniciado o hobby com cães de guarda, sempre gostou de animais com que pudesse interagir. E, neste quesito — garante ele — não há raça melhor do que a border collie. Criada há mais de duzentos anos por pastores e fazendeiros europeus, foi desenvolvida com o propósito de pastorear ovinos, bovinos e caprinos.

Para aprimorar a habilidade, que lhe é inata, o cão precisa de adestramento específico desde o nascimento. É a chamada "recria", em que passa a vivenciar experiências positivas que moldarão sua "personalidade". Entre os melhores criadores do Estado, Bressiane chegou a ter quinze cães em sua chácara, em Bicanga, Serra. Lá, além de treinar seus cães para o trabalho de pastoreio, está iniciando um projeto de treinamento para provas de agility — em que os animais têm que superar obstáculos numa pista no menor tempo possível. Nisso, segundo ele, o border collie também é insuperável.

Não há registro de amizade tão forte e duradoura entre espécies distintas quanto a do homem e do cão. A afeição mútua entre eles foi, inclusive, eternizada pela famosa frase "o cão é o melhor amigo do homem". Inteligentes, fiéis e brincalhões, esses animais despertam paixões em crianças e adultos.

Bressiane, que é gestor de Tecnologia da Informação no Tribunal de Contas do Estado, confessa sua paixão por cães (sentimento de infância que se transformou em hobby). Não lhe interessa criar para vender, a menos que sejam ninhadas fartas. Nesse caso, desfaz-se logo dos filhotes, evitando que se desenvolva entre eles apego mútuo.

Dedicado ao que faz, Bressiane esteve recentemente em Minas, onde, ao lado de mineiros, cariocas e outros capixabas, ajudou a criar uma associação de cães de pastoreio do sudeste. O objetivo deles é divulgar a raça e organizar eventos em âmbito nacional. No Espírito Santo, além das provas de agility, planeja organizar, neste ano ainda, um evento em pastoreio de gado bovino.

Aos que tenham interesse na matéria, Bressiane sugere que acessem seu site: www.canilnewvictoria.com. Nele há informações variadas sobre criação, eventos, cursos, histórico da raça, entre outras.

